



Seabra Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Seabra Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seabra Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Seabra Energética S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Seabra Energética S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de outubro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Seabra Energetica S.A.

Balances patrimoniais para os exercicios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.932	20.478	Fornecedores	8	2.583	83
Contas a receber	6	4.476	7.552	Tributos a recolher	10	788	479
Estoques		47	-	Dividendos a pagar	11	3.487	4.832
Partes relacionadas	9	10	-	Arrendamentos		791	106
Tributos a recuperar		147	130	Imposto de renda e contribuição social		294	158
Outros ativos		210	113	Partes relacionadas	9	895	15.060
Total do ativo circulante		18.822	28.273	Total do passivo circulante		8.838	20.718
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	1.949	10.025	Arrendamentos		777	1.535
Imobilizado	7	113.086	87.820	Tributos a recolher	11	360	366
Intangível		2	13	Provisão para remoção de imobilizado	7	1.447	1.290
Total do ativo não circulante		115.037	97.858	Imposto de renda e contribuição social		304	617
				Total do passivo não circulante		2.888	3.808
				Total do passivo		11.726	24.526
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11	65.350	65.350
				Reservas de Lucros	11	56.783	36.255
				Total do patrimônio líquido		122.133	101.605
Total do ativo		133.859	126.131	Total do Passivo e Patrimônio líquido		133.859	126.131

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	12	30.214	33.107
Custos			
Custo da revenda de mercadorias		(12)	-
Custo do fornecimento de energia elétrica	13	(11.434)	(10.791)
Lucro bruto		18.768	22.316
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(4.795)	(3.661)
Outras (despesas) receitas		478	992
		(4.317)	(2.669)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		14.451	19.647
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	14	3.136	2.216
Despesas financeiras	14	(452)	(14)
		2.684	2.202
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		17.135	21.849
Imposto de renda e contribuição social	15	(2.451)	(1.503)
Lucro do exercício		14.684	20.346
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	16	0,22470	0,31134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro do exercício	<u>14.684</u>	<u>20.346</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>14.684</u></u>	<u><u>20.346</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total de Patrimônio
			Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2023		65.350	3.940	13.017	-	82.307
Lucro do exercício		-	-	-	20.346	20.346
Constituição de reserva legal	11	-	1.018	-	(1.018)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(4.831)	(4.831)
Reversão de dividendos destinados em anos anteriores	11	-	-	3.783	-	3.783
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	14.497	(14.497)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		65.350	4.958	31.297	-	101.605
Lucro do exercício		-	-	-	14.684	14.684
Constituição de reserva legal	11	-	733	-	(733)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(3.488)	(3.488)
Reversão de dividendos destinados em anos anteriores	11	-	-	9.331	-	9.331
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	10.463	(10.463)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		65.350	5.691	51.091	-	122.133

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.135	21.849
		<u>17.135</u>	<u>21.849</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	1.302
Depreciação e amortização	7	4.617	5.355
Juros sobre arrendamento mercantil	14	138	73
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	7	157	(1.428)
		<u>4.912</u>	<u>5.302</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	6	11.152	(4.144)
Partes relacionadas a receber	9	(10)	-
Estoques		127	-
Tributos a recuperar		(17)	(52)
Adiantamentos a fornecedores		(25.426)	-
Movimentações em outros ativos		25.327	286
Fornecedores	8	2.500	(55)
Partes relacionadas a pagar	9	(9.665)	10.247
Tributos a recolher		303	443
		<u>4.291</u>	<u>6.725</u>
Caixa líquido gerado pelas operações		<u>26.338</u>	<u>33.876</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.628)	(1.503)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.710</u>	<u>32.373</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	7	(30.045)	(18.476)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(30.045)</u>	<u>(18.476)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos		(211)	894
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(211)</u>	<u>894</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(6.546)</u>	<u>14.791</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	20.478	5.687
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>13.932</u>	<u>20.478</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(6.546)</u>	<u>14.791</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto

A Seabra Energética S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, constituída em 16 de outubro de 2007, que tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado SEABRA, com 35,07 MW de potência instalada, localizado no município de Brotas de SEABRA - BA. O prazo de duração da mesma é indeterminado, conforme consta no estatuto da Companhia. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER"). A SKER é Companhia integrante do grupo norueguês Statkraft.

A Central Geradora Eólica SEABRA, localizada no município de Brotas de SEABRA/BA, possui 21 aerogeradores e está devidamente licenciada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), por meio da licença de operação, LO Nº16.393 com validade até 22 de junho de 2023. A renovação da referida LO foi solicitada em 09/01/23, dentro do prazo legal (processo nº 2023.001.000200/INEMA/LIC-00200). Embora a LO não tenha um prazo específico de validade, é importante ressaltar que as licenças permanecem válidas, uma vez que o pedido de renovação foi realizado dentro do prazo legal. Esta ação assegura a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a continuidade das operações sem interrupções.

Em 5 de julho de 2012, por meio do Despacho nº 2.222 a ANEEL autorizou o início da operação comercial da EOL SEABRA (SEABRA Energética S.A.), com 30.060 kW de capacidade instalada sendo que a UEE SEABRA comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) ocorrido em dezembro de 2009. No total foram vendidos 11,0 MW médios de energia. A energia foi contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 10 de outubro de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.6. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estimada.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- i) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12. Capital social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.13. Resultado por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no exercício em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.15. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento em que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos contratuais.

2.16. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1)– “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback "). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

- Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.17. Nova norma contábil ainda não efetiva

A nova norma contábil será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

- A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avalia os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2024.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido período.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado com base na avaliação técnica, utilizando as taxas de depreciação de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), limitado ao prazo de autorização da usina. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

c) **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

d) **Impairment**

A Companhia realiza sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- i) Seu valor justo menos custos estimados de venda; e
- ii) Seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

Não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável dos ativos para a Companhia no exercício de 2024.

4. **Gestão de risco financeiro**

4.1 **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco com taxa de juros**

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros das aplicações financeiras. Não é esperado impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Fator de risco CDI	Valores expostos em 2024	Valores expostos em 2023	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Aplicações financeiras de liquidez imediata	13.927	20.475	846	1.269	1.692	2.115	2.538
Impacto líquido	13.927	20.475	846	1.269	1.692	2.115	2.538
Taxas consideradas - % ao ano	12,150%	11,650%	6,075%	9,113%	12,150%	15,188%	18,225%

(ii) Risco cambial

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui passivos com partes relacionadas denominados em moeda estrangeira. A Companhia entende que este risco está mitigado para o referido exercício.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia avalia continuamente o perfil de crédito e indicadores financeiros de seus clientes. Baseado nessas análises, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros riscos

a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a Companhia não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato.

4.2 Instrumentos financeiros por categoria

	2024	2023
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	13.932	20.478
Contas a receber	6.425	17.577
Partes relacionadas	10	-
	<u>20.367</u>	<u>38.055</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	2.583	83
Arrendamentos	1.568	1.641
Dividendos	3.487	4.832
Partes relacionadas	895	15.060
	<u>8.533</u>	<u>21.616</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	2024	2023
Contas bancárias em moeda funcional	5	3
Aplicações financeiras com liquidez imediata	13.927	20.475
	<u>13.932</u>	<u>20.478</u>

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 97% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações (99% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecimento de energia elétrica	2.820	-
Geração excedente aos contratos CER (i)	<u>3.605</u>	<u>17.577</u>
Total de contas a receber	<u><u>6.425</u></u>	<u><u>17.577</u></u>
Apresentadas como:		
Ativo Circulante	4.476	7.552
Ativo não circulante	1.949	10.025

(i) Saldos exclusivamente referentes à geração de energia excedente ao montante contratado pelo contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE. O valor até 130% do limite contratado é recebido ao final de cada quadriênio contratual, e o excedente acima de 130%, recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em 12 meses;

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Imobilizado

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

		31.12.2024		31.12.2023	
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	13	(2)	11	11
Máquinas e Equipamentos	5,94%	1.514	(60)	1.454	383
Linhas de transmissão	5,14%	3.629	(1.548)	2.081	2.223
Aerogeradores	4,43%	129.112	(76.845)	52.267	56.535
Outros ativos	6,64%	915	(240)	675	224
Imobilizado em curso	-	54.913	-	54.913	26.652
Arrendamentos	5,44%	2092	(407)	1.685	1.792
		192.188	(79.102)	113.086	87.820

	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 31.12.2022	12	442	2.340	62.929	240	9.351	700	76.014
Adições	-	-	-	-	-	18.476	-	18.476
Transferências	(1)	(25)	25	-	(1)	(1.175)	1177	-
Depreciação	-	(34)	(142)	(5.092)	(15)	-	(85)	(5.368)
Baixas	-	-	-	(1.302)	-	-	-	(1.302)
Saldo em 31.12.2023	11	383	2.223	56.535	224	26.652	1.792	87.820
Adições	-	-	-	-	-	30.045	-	30.045
Transferências	-	1.109	-	(1)	502	(1.610)	-	-
Reclassificação *	-	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Depreciação	-	(38)	(142)	(4.267)	(51)	-	(107)	(4.605)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	11	1.454	2.081	52.267	675	54.913	1.685	113.086

*Reclassificações entre grupos de balanço.

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para remoção do ativo imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios entende que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Conforme avaliação realizada em setembro de 2017, os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da provisão é de R\$ 1.447 (R\$ 1.290 em 31 de dezembro de 2023).

8. Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores de materiais e serviços	2.583	83
Total de Fornecedores	<u>2.583</u>	<u>83</u>
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	2.583	83

9. Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia e os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	10	-
	<u>10</u>	<u>-</u>
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	663	14.704
Statkraft AS (i)	200	300
Statkraft Energi AS (i)	32	56
	<u>895</u>	<u>15.060</u>

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Serviços de gerenciamento das atividades de operação, compartilhamento de custos administrativos e saldo a pagar de redução de capital, firmados com a Statkraft Energias Renováveis S.A.;

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (ii)	(2.896)	(205)
Statkraft Energi AS (ii)	(280)	-
	<u>(3.176)</u>	<u>(205)</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iii)	(1.274)	(99)
Statkraft Energi AS (iii)	(702)	-
	<u>(1.976)</u>	<u>(99)</u>

- (ii) Compra de energia elétrica
(iii) Serviços compartilhados.

10. Tributos a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
COFINS a recolher	834	542
CSRF a recolher	-	4
Impostos sobre importação a recolher	117	179
Tributos retidos a recolher	17	-
INSS a recolher	-	2
IRPF a recolher	-	1
PIS a recolher	181	117
	<u>1.149</u>	<u>845</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	789	479
Passivo não circulante	360	366

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social está representado pelo montante de R\$ 65.350 e por 65.350.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, (65.350.000 de ações em 31 de dezembro de 2023), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro do exercício	14.684	20.346
Constituição da reserva legal	<u>(734)</u>	<u>(1.018)</u>
Base de cálculo	13.950	19.328
Dividendo mínimo estatutário	25%	25%
Dividendos propostos	(3.487)	(4.832)
Total da distribuição de dividendos	<u>(3.487)</u>	<u>(4.832)</u>

12. Receita líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional bruta		
Transações no mercado de curto prazo	32.021	34.314
Ambiente de contratação livre	27	61
Receita de fornecimento de energia elétrica	<u>32.048</u>	<u>34.375</u>
(-) Deduções da receita		
PIS	(327)	(226)
COFINS	<u>(1.507)</u>	<u>(1.042)</u>
	<u>(1.834)</u>	<u>(1.268)</u>
Receita operacional líquida	<u>30.214</u>	<u>33.107</u>

13. Custos e despesas

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Custos no fornecimento de energia

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(12)	(12)
Encargos setoriais	(2.208)	(4.358)
Serviços tomados de partes relacionadas	(3.176)	(205)
Depreciação e amortização	(4.617)	(5.450)
Seguros fianças e comissões	(816)	(436)
Serviços de terceiros	(479)	(330)
Outros custos	(126)	-
	<u>(11.434)</u>	<u>(10.791)</u>

b) Gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e encargos sociais	-	(10)
Encargos setoriais	(142)	(113)
Impostos e taxas	(878)	(248)
Materiais	-	(800)
Serviços de terceiros	(1.637)	(1.623)
Viagens e estadias	(48)	(78)
Estudos em desenvolvimento	(60)	(114)
Serviços de partes relacionadas	(1.976)	(99)
Aluguel	(28)	(23)
Outros	(26)	(553)
	<u>(4.795)</u>	<u>(3.661)</u>

14. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.131	2.216
Variação cambial ativa	5	-
	<u>3.136</u>	<u>2.216</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(123)	(7)
IOF, multas e juros sobre tributos	(27)	-
Outras despesas financeiras	(302)	(7)
	<u>(452)</u>	<u>(14)</u>
Resultado financeiro	<u>2.684</u>	<u>2.202</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

Imposto de Renda	<u>2024</u>	<u>2023</u>
------------------	-------------	-------------

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de cálculo presumido	43.156	28.419
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
IRPJ no resultado	3.453	2.274
Outras receitas	3.179	1.545
Base de Cálculo	6.632	3.818
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	(1.658)	(955)
Outros efeitos em tributos	(42)	24
Dedução adicional IRPJ	24	(126)
IRPJ no resultado	(1.676)	(1.057)

Contribuição Social	2024	2023
Base de cálculo presumido	43.156	28.419
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
CSLL no resultado	5.179	3.410
Outras receitas	3.179	1.545
Base de Cálculo	8.358	4.955
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%
Total	(752)	(446)
Outros efeitos em tributos	(23)	-
CSLL no resultado	(775)	(446)

16. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	14.683	20.346
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	65.350	65.350
Lucro básico e diluído por ação	0,22468	0,31134

17. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia mantém processos tributários em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 296 (Zero em 31 de dezembro de 2023), para as quais a Administração, baseada na classificação de risco, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

Processos investigativos

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controlada em conjunto SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante ela foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016.

18. Seguros – Não auditado

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 01 de abril de 2025 a 31 de março de 2026, as quais abrangem as operações da Companhia.

19. Eventos subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2025, ocorreu a Alteração da Diretoria Estatutária da Companhia. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Thiago Maciel Tomazzoli, para o cargo de presidente.

* * *